



## A leitura dos menos escolarizados<sup>1</sup>

José Carlos Fernandes<sup>2</sup>,  
Universidade Federal do Paraná

### Resumo

A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* aponta para a existência de um tipo de público ainda pouco estudado no país - os leitores de baixa escolaridade. Eles desafiam as estatísticas. Mantêm-se com o livro e o jornal à mão apesar de os índices apontarem que são poucos os leitores entre os menos estudados. A resistência desse pequeno grupo pode acenar saídas nesse momento em que a nova classe média se firma no mercado de consumo. E perspectivas novas em meio à propalada crise da leitura de impressos. Os leitores de resistência são vozes fundamentais para os projetos de mídias populares.

### Palavras-chave

Leitura; Educação; Baixa escolaridade; Público

Um dos itens da pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*<sup>3</sup>, publicada pelo Instituto Pró-Livro, em 2012, oferece um dado intrigante: 87% dos entrevistados não-leitores – assim chamados aqueles que não leram um livro inteiro ou em partes nos três meses anteriores ao levantamento – nunca receberam um livro de presente. A informação aponta para um fato significativo: ser ou não ser leitor, depende – obviamente – da eficiência das políticas educacionais, do estímulo familiar, do ambiente cultural e do esforço próprio. Mas também de acasos, como o de ter, um dia, se deparado com alguém que lhe presenteasse com um livro, atribuindo um grau de importância a esse objeto. Um livro é um presente, eis a mensagem.

A determinância das “coisas simples da vida” no destino dos leitores é reiterada em outros pontos de *Retratos de leitura...* A pesquisa mostra, por exemplo, que mães e professoras, a depender do grau e influência que exercem sobre as crianças e adolescentes, podem ajudar na definição de quem vai ou não se tornar leitor na vida adulta. Um dado: 63% dos não

---

1 Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

2 José Carlos Fernandes é mestre e doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisa leitura de jornal e leitura literária e leitura entre os menos escolarizados. E-mail: josecarlosfernandes@terra.com.br

3 A edição 2008 da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* cobre 92,3% da população brasileira, somando 5.012 entrevistas domiciliares. A edição 2012 segue a mesma padronagem e atingiu 93% da população, sendo 51% da Classe C; 24% da Classe DE; 23% da Classe B; 2% da Classe A. O documento, disponível no site [www.prolivro.org](http://www.prolivro.org).



leitores nunca viram a mãe lendo; 68% desses mesmos não leitores nunca viram o pai lendo. Numa abordagem ligeira se pode dizer, à moda antiga, que “os exemplos arrastam”, inclusive para a leitura, reiterando a importância das práticas cotidianas e do afeto no avanço do conhecimento.

Apontar que o desenvolvimento da leitura depende, em parte, da “cozinha doméstica” não é o único mérito do estudo do Pró-Livro. Dado a dado, *Retratos...* perfila não só o leitor, como o não leitor, essa figura achatada pelo senso comum. Tanto o “leitor” quanto o “não leitor” seriam indivíduos que tiveram melhor ou pior desempenho na escola, sendo o boletim o fiel da balança. Mas é recomendável desconfiar dessa premissa repetida à exaustão numa sociedade que colocou nas costas da escola a total responsabilidade pela leitura, isentando da tarefa as famílias, empresas, igrejas e demais organizações sociais e comunitárias.

O “leitor” é de fato mais visível do que o “não leitor”. O leitor se pronuncia. Suas razões são ouvidas e valorizadas. O sistema educacional e editorial está organizado em torno dele. *Retratos...* vai na contramão dessa tendência algo mitificadora do leitor ao retratar também aqueles que não leem, reconhecendo, nas entrelinhas, que os que não se fiaram com os livros podem oferecer informações importantes para a compreensão do universo da leitura. Afinal, sobre eles paira uma equação das mais difíceis de resolver. Por que tantos brasileiros – de acordo com a pesquisa – não praticam a leitura depois de até 12 anos de exposição ao universo escolar? É tempo bastante. A resposta, se dada, poderia ser uma reviravolta nos programas e nas fórmulas empregadas em sala de aula e fora dela.

Pois já são horas. Na pesquisa anterior, o não leitor representa nada menos do que 48% de todo o estudo do Pró-Livro e equivale a 77 milhões de brasileiros (AMORIM, 2008, p. 27). Na aferição atual, o número salta para 50%, algo como 88 milhões de pessoas. É um dado estarrecedor numa nação de aproximados 190 milhões de pessoas, restando se perguntar como se pode tolerar tamanha passividade diante de exército tão numeroso, sabendo que não há país que conheça o desenvolvimento ostentando índices dessa monta. Às falas.

A pesquisa informa que um total de 19% desses não leitores são analfabetos ou não passaram por educação formal; outros 30% têm até a 4.<sup>a</sup> série – logo, ainda não definiram suas práticas de leitura. Acima de tudo, o estudo deixa claro que os não leitores são adultos, evadidos da escola, e, como já se afirmou, uma massa que não pode ser desprezada. Não é o que acontece.



Os não leitores adultos se encontram à margem do sistema educacional e esse é um duplo problema. Voltam de forma sôfrega e instável aos bancos escolares – via educação de jovens e adultos, quase sempre sem sucesso, como mostram estudos da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, a Ritla<sup>4</sup>. Faltam-lhe atalhos e estímulos. No país que delegou, sem reservas, às instituições de ensino a responsabilidade pela formação dos leitores, quem “se perdeu das letras” não encontra muitos mecanismos para reverter sua história, embora seja latente que muitos o desejem.

Não é difícil imaginar que nessas safras de brasileiros às turras com o ensino, boa parte vivencie a leitura como tabu, “coisa dos outros”, um recalque difícil de ser vencido, pois ler implica na superação dos embates técnicos da palavra e da crença de que para se tornar leitor é preciso voltar aos bancos escolares, dos quais nem sempre guarda boas lembranças ou para o qual se sente envelhecido.

Há entre eles, contudo, os que se decidiram pelo livro e pela leitura, à revelia dos boletins tingidos de vermelho no passado, do descompasso idade/série, da frustração da repetência e do abandono da escola, da falta de modelos de vida escolar em casa e no trabalho. Contra todas as evidências, tornaram-se leitores. Embora os anos passados na escola lhe sejam poucos e sofríveis, são capazes de fazer “leituras criadoras” (BOURDIEU, 1996, p. 15).

São notáveis as ficções escritas e filmadas sobre o desatino que acompanha os analfabetos e os “sem leitura”. É exemplo o livro *O leitor*, de Bernhard Schlink, transformado em filme homônimo, em 2009, com direção de Stephen Daldry. A obra faz da impossibilidade da leitura – e de como ela permite ver os fatos – uma metáfora da própria Alemanha Nazista, em tranças com a tragédia do Holocausto. A cena da iletrada que chora ao ouvir um trecho da *Odisseia* é uma das mais belas.

A orfandade educacional e cultural não é, contudo, um problema a ser endereçado às ficções, ainda que em muito possam ajudar. É questão que pulsa e clama estar na ordem do dia. Os não leitores se dão a conhecer, como acontece em *Retratos...* A esse grupo pode parecer um pouco tarde para que alguém lhes dê um livro de presente, ainda que nunca seja tarde de fato para transformar um objeto de leitura em um bem na vida de alguém. Há outras possibilidades, no entanto. A elas.

---

4 Relatório da Ritla de 2007 sobre Índice de Desenvolvimento Juvenil, o IDJ, aponta que o jovem brasileiro evadido da escola tenta voltar ao sistema educacional até seis vezes.



A amostragem do Pró-Livro indica que os não leitores são jovens e jovens adultos, logo podem mudar o leme de suas vidas: 12% dos não leitores têm de 18 a 24 anos; 10% de 25 a 29 anos; 17% de 30 a 39 anos; outros 17% de 40 a 49 anos. Mostra também que estão sob pressão. Além da escolarização difícil, têm em comum o baixo poder aquisitivo e, por extensão, a necessidade de atender a imperativos imediatos que não a leitura, fatalmente colocada como questão secundária. Vivem a perigo. Caso a lida com os livros tenha sido uma experiência mal-sucedida no tempo de formação, torna-se um agravante. As chances de uma reviravolta nas práticas de leitura se reduzem a uma nulidade estatística, consolidando uma espécie de “não leitor crônico”.

Os problemas dessa parcela de brasileiros com a leitura, acrescente-se, podem ser quase elementares. De volta à pesquisa: para uma boa parcela da população, ler é uma experiência fisicamente desconfortável, situação que demanda, é provável, da experiência de ser também desagradável, dadas as dificuldades que a leitura impõem: 19% dos entrevistados do Pró-Livro afirmam que leem devagar; 8% não compreendem o que leem; 20% não têm paciência para ler; 12% alegam falta de concentração.

Ora, é pouco comum encontrar na imprensa especializada e na literatura educacional abordagens que explorem a difícil mecânica da leitura como elemento do fracasso no campo do conhecimento. O silêncio em torno do assunto acaba se tornando um estrondoso barulho por ocasião do teste Pisa, no qual o Brasil tem baixo desempenho na prova de Leitura, deixando pasmos os mais atentos e a se perguntar: “Ninguém lê mais em voz alta, como no meu tempo?” A resposta é que as salas de aula estão cheias, que não há como fazer esse tipo de exercício, sob pena de o professor perder o controle da classe.

Parece simples como isso: parte da rejeição ao mundo das letras se dá pela ausência da mais corriqueira das práticas escolares, na qual se exercita a respiração, o ponto e a vírgula, a entonação, a expressão oral, o enfrentamento do público e, claro, a evidência de que o lido foi entendido. Resta o flagrante de que o problema existe e bate todos os dias na porta das óticas das maiores cidades do Brasil, onde ambulantes oferecem testes de visão gratuitos para a população de baixa renda. Há demanda, como os olhos podem ver. Essa população quer ler – principalmente a Bíblia, outro dado espantoso da pesquisa do Pró-Livro. O livro, num franco escapismo, ocupa o topo das preferências.

Não faltam estudos apontando o dedo para esse e outros erros da escola. A crítica mais contundente, contudo, é que ela não forma leitores porque tem uma relação difícil com a



leitura. E quando o faz, tende a promovê-la como o que se convencionou chamar de “leitura escolarizada”, uma fórmula autoritária que reduz a literatura a fichas de leitura, seminários. Ler é objeto de reprovação, o que fatalmente leva à morte do leitor, não à sua promoção. Nos bastidores da escola, ler é estudar. E deixar de estudar é não precisar mais ler.

A “escolarização da leitura”, por essas, faz com que leitores potenciais se tornem candidatos a não leitores. É um paradoxo. Basta que cheguem à vida adulta e se vejam livre dos espartilhos educacionais, como mostra o estudo. Findada as obrigações com a escola, finda o ter com os livros, evidenciando as falhas do sistema educacional e familiar em provocar a leitura por prazer e como resposta às demandas do mundo.

Muitos entrevistados [do Pró-Livro] afirmam que não leem ou não vão a bibliotecas porque *não estão estudando*, o que mostra a ligação da leitura com a escola, ou com *os estudos*”, na percepção das pessoas. O uso da biblioteca pública parece também feito em função da escola: sua frequência é maior nas faixas etárias de 5 a 17 anos, e tem como objetivos principais pesquisar e estudar. E com relação à frequência da leitura de diferentes tipos de livros, os didáticos e universitários são os únicos lidos mais frequentemente (68%) do que ocasionalmente (32%) (CUNHA In: AMORIM, 2008, p. 55)

*Retratos...* mostra, por exemplo, que para 71% dos entrevistados a biblioteca é um lugar para estudar, para pesquisar (61%) ou um espaço destinado a estudantes (28%). Cerca de 55% dos usuários são estudantes, sendo que 55% desse total têm de 5 a 17 anos. No universo da pesquisa, 66% dos consultados leem livros didáticos, sobrando pouco para leituras de ocasião, ou seja, escolhas livres, não necessariamente focadas em provas ou trabalhos. Tudo indica que esses leitores movidos a lição de casa, caso se apartem da escola antes de chegar à faculdade, também deixarão de lado a leitura, somando-se, paulatinamente, aos não leitores de outras safras, e assim sucessivamente. A mentalidade é que ler não é mais preciso para quem não tem aulas nem séries a evoluir.

A exceção são os universitários, provocados a permanecer em roda dos livros graças às exigências primeiro da academia e depois do mercado de trabalho, que pede do colaborador conhecer pelo menos o grande romance do ano e o filme da estação (MACHADO in LINDOSO, 2004, p. 12). Em miúdos, a leitura tende a perder ritmo entre os adultos, configurando um dos problemas de letramento<sup>5</sup> mais difusos da cultura brasileira.

<sup>5</sup> Entende-se letramento como um termo polissêmico, podendo ser definido como domínio instrumental da escrita, alfabetização, no contexto da escolaridade e da cultura oral (PAULINO E COSSON in ZILBERMAN. RÖSING, 2009, p. 23). Ter letramento é usar a tecnologia da alfabetização para desenvolver competências e



Novamente a pesquisa fornece munição pesada para afirmar que a leitura no Brasil é rarefeita: 71% dos adultos não vão às bibliotecas. Por que iriam? Porém, há 29% de adultos que ainda procuram os livros. Pode-se afirmar, com relativa segurança, que nesse grupo estão os que tiveram uma experiência gratificante com a leitura, os que estudaram mais, os que se formaram, aqueles que estão debaixo das exigências profissionais.

Estão também os que aqui serão chamados de “exceção estatística” ou “leitores à margem da escola”, representantes de uma pequena parcela que viveu em atrito com o sistema de ensino, mas não com os livros, com os quais tiveram uma experiência definitiva, a rigor, nos anos da infância. O que eles dizem sobre sua continuidade numa seara abandonada pela maioria dos seus pares pode abrir uma clareira na discussão sobre leitura no país.

Os “leitores de exceção” são convictos por tabela: não precisam passar de ano. Não têm prova no fim do mês. São pouco recompensados por serem leitores e nem sequer são cobrados por isso. No meio em que vivem, não raro, são vistos como uma excentricidade, perpetuando o imaginário brasileiro do “esquisito dado aos livros”, quais personagens de Dias Gomes e de Jorge Amado. Mas como o leitor tende a ser gregário, sempre encontram alguém com quem dividir a experiência das letras.

Certamente, esses leitores de baixa instrução escolar sentem dificuldades mecânicas e intelectuais no processo da leitura, como os que fazem fileiras na porta das óticas. Tendem a repetir padrões: suas escolhas de leitura são pouco hierárquicas, críticas ou curatoriais. Falam de Paulo Coelho e de Dostoiévski sem distinção. Em contrapartida, leem às vezes com afã, a despeito de se furtarem de outras ofertas sociais, como a vida familiar e a vida noturna.

Por algum motivo – em geral muito íntimo – não perderam o livro de vista depois que seus nomes sumiram da lista de chamada. Estavam fadados a serem não leitores, mas não o são. São leitores de fato e a seu modo. Os motivos que os mantiveram entre os leitores parecem ser fáceis de esclarecer: em algum momento, teriam tido uma experiência prazerosa da leitura e atualizaram essa experiência em outros momentos da vida, voltando ao texto ainda que não tenham voltado à escola. Quiçá, passaram por algum programa de leitura, retomando uma prática abandonada na infância; superaram entraves na leitura – como a própria dificuldade de visão e velocidade de decodificação –; engajaram-se na Educação de Jovens e Adultos, a EJA; ou, por que não, foram arrastados pelo exemplo de leitores adultos como eles.

---

práticas sociais envolvendo a língua escrita (COSTA, M., 2009, p. 76).



Outra hipótese é a de que a escola lhes foi tirada, por exigência da pobreza, da cultura machista – no caso das mulheres – ou por circunstâncias familiares, como mudança de cidade ou país, casamento, obrigação de participar do orçamento doméstico. Ler na vida adulta seria uma forma extemporânea de reatar com esse espaço afetivo do passado, retomando o que lhes é de direito.

Essas hipóteses todas poderiam ser aferidas numa pesquisa quantitativa. Tal levantamento seria de muita valia para as políticas de leitura que não se pretendam ancoradas unicamente na escola. E para as políticas que considerem que muitos leitores hão de se formar ou se reabilitar em outros ambientes e circunstâncias, como a comunidade, a família, a igreja ou a empresa, e não unicamente na escola, como se professa no país.

O que se busca aqui, no entanto, não é a “razão prática” que move um determinado universo de pessoas, mas uma investigação da memória e do território dos leitores adultos com baixa exposição ao saber escolar. Quer-se saber não só dos estímulos formais que receberam, mas das razões primeiras, construindo assim um painel de práticas de leitura dos adultos que formam um grupo minoritário, mas que podem ter a chave de alguns segredos.

A suposição é de que muitos homens e mulheres com baixa exposição ao saber escolar desafiaram as estatísticas e se tornaram leitores para responder, claro, a impasses pessoais, mas também às demandas urbanas e aos dramas estampados no próprio noticiário. Ler, para eles, seria uma forma de estar na sociedade e de encontrar seu lugar na cidade, local em que precisaram garantir sua existência, rejeitando o anonimato imposto pela condição escolar frágil – comum a todos eles.

Os leitores não escolarizados, entende-se, leem para responder à realidade que lhes bate à porta e a qual percebem de forma aguda, aspecto pouco explorado no ideário que molda o debate da leitura. Para pinçar informações sobre os fadados a não leitores, mas que não o são, e a cidade que constroem, é preciso ouvir os leitores, conhecer seus territórios. É preciso saber de sua frágil participação social, o que pode comprometer sua qualidade de leitura, como revela o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional, o Inaf 2001, ao tratar da organização coletiva da população: 43% dos entrevistados dizem não participar de nenhuma forma de associação. (SERRA in RIBEIRO, 2003, p. 70).

As relações entre a vida de leitor e a vida de cidadão são sutis, mas não propriamente uma novidade no debate cultural. No Século das Luzes, escreve Michel de Certeau (2008, p. 261), formou-se o mito de que a educação modelaria as nações. O livro, por extensão, teria o



poder de reformular o mundo. Esse ideário enciclopedista contribuiu para formar o que McLuhan chamou de “sociedade livresca”, avessa à cultura manuscrita e oral.

A propósito, onde leem os entrevistados do Pró-Livro? A pergunta lhes foi feita: leem dentro de casa – provavelmente à mesa da cozinha, cumprindo tarefas escolares. Não lemos em público, inibindo a imagem do leitor. Leitura no Brasil, por ser escolarizada, tende a se tornar exclusivamente uma questão de foro íntimo, limitada às quatro paredes onde são feitas as tarefas escolares. Mas em se tratando de adultos de pouca frequência na escola – cedo lançados à rua, onde foram ganhar o pão –, o espaço da leitura deixa de ser segregado. São leitores em praça, no elevador onde é ascensorista, na obra em que atua como marceneiro: como já se disse, eles não leem para ganhar notas, leem depois de um dia de trabalho, ou nos intervalos dele. O ônibus é sua sala de leitura. Não estariam dando uma resposta aos imperativos da realidade bruta que tiveram de enfrentar?

Para dar corpo à associação entre território e leitura é preciso explorar como é a cidade em que vivem os “leitores de exceção”. Investigar o que a urbe significa para eles. Pode soar como uma relação tortuosa demais, mas empiricamente há indicativos de que os leitores de baixa escolaridade são estimulados, com perdão ao senso comum, pela “escola da vida”. A rua lhes faz perguntas, cujas respostas procuram, de forma anárquica, nas páginas da literatura, dos jornais e das revistas. Essa imagem soa familiar à literatura.

Impossível não recorrer à luminosa Belle Époque, de Baudelaire. Em obras como *Spleen de Paris* ou em *Sobre a modernidade* o autor apresentou a poética do novo homem das ruas, visível com a revolução urbana promovida pelo barão Haussmann. “A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal” (LE GOFF, 1988, p. 143), escreveu Baudelaire, ao inaugurar a figura do *flâneur* – o sujeito, que nos dizeres de João do Rio, em seu livro *A alma encantadora das ruas*, “vadia com inteligência pelas calçadas”.

Pode-se argumentar, em contrário, que a arte de flunar está mais para os escritores, cronistas e afortunados do que para os deserdados da escola, que caminham rumo ao batente, não ao devaneio em roda de uma confeitaria elegante, num bulevar arborizado. Mas não se pode esquecer que o avanço das cidades, no final do século XIX, provoca uma tensão na literatura e na maneira de ler.

O *flâneur*, por certo, não é o sujeito sem estudos que vaga em busca de trabalho. Mas também não é meramente um intelectual encastelado. Se há algo de moderno é o encontro dos





diferentes na igualdade das esquinas da cidade moderna. Maffesoli chama esse encontro de “correspondência baudelairiana”, expressão que traduz uma comunhão mágica do homem com a cidade, gerando uma experiência estética e uma necessidade de partilhar com os outros, dando vida a um fenômeno comunitário, marca da modernidade, o estar junto (MAFFESOLI, 1997, p. 247).

Um e outro desfrutam do mesmo espaço em modificação contínua, como se ali vivessem em companhia as páginas de um romance. A figura do *flâneur*, hoje eclipsada pela figura onipresente do internauta, inspira pensar como age e pensa o homem urbano às voltas com a literatura. Em certo sentido, a literatura o inaugura como uma espécie da fauna da urbe. O *flâneur*, seja ele quem for ou como se vista, é aquele que percebe o sotaque da cidade, marcha com pressa, mas rente ao chão e desconfia do olho que quer ver longe demais. Ele quer um mundo em escala humana. Como diz Baudelaire no poema “O cisne”: “tropeçando nas palavras como nas pedras da calçada/ batendo nos versos longamente sonhados” (MONGIN, 2009, p. 62).

A prosa e poesia parisiense do final do século XIX vão refletir as inquietudes provocadas pelo espaço urbano em remodelação. Inquietudes que não findaram com a vitória da fria arquitetura modernista – menos dada à rua – ou com bombas entre guerras durante o século XX, roubando a inocência de milhares.

Mas a Belle Époque, por si, não dá conta da extensão do fenômeno da leitura moderna. Nas primeiras décadas do século XX, uma literatura acadêmica sobre o cidadão da calçada vai se formar na Europa e em Chicago, nos EUA. Partia de uma preocupação – a de que o excesso de exteriorização pedido pela vida nas cidades, o consumo de símbolos e as encenações urbanas resultavam justo em o contrário do que proclamava a literatura. A cidade não garante a identidade à moda Baudelaire, e podia provocar a perda de interioridade (MONGIN, 2009, p. 61), apagando o “homem na multidão”. A nova sociedade industrial era a morte do indivíduo. É o que vai suspeitar Georg Simmel, ao desenvolver temas tidos como fúteis, mas de originalidade epistemológica, na contramão das estreitezas do positivismo e das amarras do marxismo (LEGROS, 2007, p. 69).

Simmel fez das ruas de Berlim um laboratório de investigação sociológica. Tinha perguntas bem pontuais. Interessava-lhe qual seria o lugar da cultura com o avanço das cidades, já que eram tão dirigidas ao trabalho e ao consumo. Ao tentar responder, acabou fazendo na sociologia o que o britânico E. M. Forster fez na literatura. Em romances como



*Howards End*, Forster reflete as transformações de Londres, uma cidade a que vê em movimento frenético, porém monótona, já que vazia de sentido. “Individualismo e velocidade amortecem o corpo moderno; não permitem que ele se vincule” (SENNETT, 2010, p. 327). Mas o corpo individual pode recuperar a sensibilidade e reagir. Foi a crença de ambos.

Na década de 1930, a do início da Depressão Americana, Simmel foi lido com aplicação pelos intelectuais da Escola de Chicago, mais precisamente pelo jornalista e sociólogo tardio Robert Park. Formado nas redações de jornal, Park vai pensar a cidade como organismo e como fenômeno, vacinando-se contra a lógica do “fato” e da “notícia” que governava a conduta da imprensa. Na contramão da lógica industrial que regia os periódicos, aplainando os eventos sociais, interessava-lhe a reação da massa ao nivelamento opressivo trazido pelas rotinas industriais.

Ao repetir os expedientes etnográficos do mestre Simmel, Park observa que alguns homens e mulheres não se furtavam da individuação, mesmo com “tudo contra”, identificando sua voz no meio da urbe do século XX. Ao falar do indivíduo que reage, aponta não para um *flâneur* em fraques, mas para o novo cidadão, não raro imigrante de baixa instrução, que emerge de um encontro com o espaço público em efervescência, um lugar onde grassam carros, fumaça, anonimato e insegurança. Seriam leitores urbanos os personagens de Park?

Há pistas. O estudioso percebeu que os “comuns” não viviam na cidade, mas “moravam” nela, como se fosse uma casa. Para a cidade davam as melhores horas de seu dia, seguindo uma rotina conduzida pela leitura dos jornais. Em especial para os imigrantes, na nova sociedade industrial ler jornal se torna uma marca. Pudera. A necessidade era ser adotado no novo país, dominando o traçado de suas ruas e o pensar de sua gente. Fora pelos ares a crença de que a cidade mataria o indivíduo – a leitura não deixou que isso lhes acontecesse.

Tempos depois, Norbert Elias, corolário de Simmel, vai entender que a interação entre cidadão e cidade é de tal monta que não se pode mais separá-los. Formam juntos uma estrutura. Transformam-se continuamente, afugentando a imagem do homem comum como um autômato e alienado, à mercê dos ditames do mundo do trabalho. “Pode-se dizer com absoluta certeza que a relação entre o que é dominado conceitualmente de ‘indivíduo’ e de ‘sociedade’ permanecerá incompreensível enquanto esses conceitos forem usados como se representassem dois corpos separados” (ELIAS, 1994, p. 220, 221).



Para dar cabo a suas teses, Norbert Elias acaba por recorrer às relações espaciais, não raro as mais primárias, necessárias para entender o envolvimento social dos indivíduos. Interessam-lhe as associações locais, clubes, igrejas e vizinhança, entre outros endereços que formam uma espécie de “sistema de coordenadas” (FRÚGOLI, 2007, p. 28, 29). Debaixo da pena do sociólogo, há inúmeras evidências de que os mecanismos de participação social urbanas são estímulos à fofoca, à rebelião, às mudanças de comportamento, mas também à leitura, por demandar – como qualquer outra atividade social – perguntas, raciocínios e sensibilidades. Elias entende que um homem comum, porém nada indiferente, emerge do contato com o espaço público (FRÚGOLI, 2007, p. 47, 48).

O cidadão que emerge da sociedade industrial não só forma uma amálgama com o espaço em que vive. Ele o decodifica, logo, pode dominá-lo. A cidade fala a seus habitantes, “... é uma escrita, quem se desloca nela é uma espécie de leitor, que, conforme as suas obrigações e os seus deslocamentos, faz um levantamento antecipado de fragmentos do enunciado para atualizá-lo em segredo” (BARTHES in GOMES, 2008, p. 168).

A crença na urbe como espaço dialogante vai se tornar um princípio para outros estudos ocupados de entender como o cidadão reage à cidade. Não se pode negar que, neste quesito, o urbanismo avançou à literatura. A cidade, percebem os artífices da prancheta, como que obedientes ao princípio de Bachelard, é o lugar onde a realidade e a imaginação se fundem. É um espaço de relativa liberdade, onde, à revelia do coletivismo, os indivíduos vivem a experiência das próprias vontades (HARVEY, 2011, p. 17). Vigora uma relação criadora com a urbe, e essa é a questão.

A convulsiva década de 1960 serve de afirmativa para essa relação “criador e criatura”, cidade e cidadão. Com a publicação de *Morte e vida das grandes cidades*, de Jane Jacobs (1961) – para citar um marco –; e de *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Bermann (1982) – um inusitado best-seller – a cidade se firmou como um dos temas da modernidade, confirmando as suspeitas de Simmel, de Park e de Elias de que nas ruas se desenha uma realidade interativa, rica e criadora, como vai afirmar Bourdieu o leitor como um comentador, um hermeneuta, cuja ilusão desse consiste em esquecer suas próprias condições sociais de produção, para universalizar inconscientemente as condições que possibilitam sua leitura. (CHARTIER, 2001, p. 103, 104)

Esses discursos, contudo, ganham novas divisas. A cidade da qual se vai falar de meados do século XX em diante é muito diferente da Berlim e da Chicago onde imigrantes



queriam ganhar identidade pela força da leitura de jornais. Está-se agora na espreita da “pós-cidade” (MONGIN, 2009, p. 16), insulada, favelizada, subdesenvolvida e violenta, negação do espaço moderno em que Baudelaire podia cruzar numa esquina com a miséria de um mendigo e com um lorde *blasé*. A cidade se liquefez. Jacobs e Bermann a exploram, dissecando a rede de interesses formada pela demanda do mercado imobiliário, os investimentos capitalistas, e, tal como Simmel, a provável perda da capacidade de garantir a experiência coletiva. A cidade da qual falam se despolitiza, descoletiva e perde seu sentido de espaço público (PECHMAN, Robert Moses in NASCIMENTO; BITENCOURT, 2008, p. 193).

Jacobs resguarda um lugar para o cidadão comum no seu campo de observações urbanas e lança oxigênio no caos anunciado das grandes cidades. Ao observar os moradores dos subúrbios levando o lixo ou em caminhadas a esmo, descreveu a urbe como um organismo inteligente, adaptável, capaz de provocar aprendizado, mostrando-se não muito distante de Park. Uma “complexidade organizada”. Nela coabitam milhares de interações sociais, cujo ponto de encontro são as calçadas. Esse é o espaço onde se dão as transformações, formando uma espécie de democracia popular não declarada (JOHNSON, 2003, p. 38, 66).

O homem e a mulher que leem seriam parte de uma rede de ideias e de possibilidades que passeiam pelas calçadas. É ali, no passeio, rumo ao trabalho, que se somam a outras redes. Onde se vê uma massa de gente que vai e vem, transita, na verdade, vida e inteligência. A calçada – palco dos *flâneurs* – passa a ser o espaço em que os estranhos, tão temidos por Simmel, se tornam participantes de conexões acidentais, a maioria delas invisíveis, mas sem as quais as cidades não mereceriam esse nome (JOHNSON, 2003, p. 69).

Os leitores se conectam anonimamente nesses espaços urbanos, formando um minúsculo universo de sentido, anônimo, mas jamais impotente. Para decifrar esse grupo, não vale apenas saber que livro carregam na sacola e o que são capazes de dizer sobre esses títulos, mas investigar por que se movem e por que leem. Tanto quanto leitores, eles são usuários da cidade – o “morador” do qual falava Robert Park –, e extraem do espaço urbano uma gramática, formando nos dizeres de Michel de Certeau (2008, p. 78) uma “retórica da caminhada”. Ela nada tem de escolar, pois isso é passado: “Tem forma urbanística, industrial, comercial ou televisiva” (CERTEAU, 2008, p. 261).



Aquele que caminha molda frases com aquilo que vê – exclui expressões, destina usos, deduz, escrevendo com os passos seu próprio livro, no qual imprime suas referências e citações. Faz uma “arte moderna da expressão cotidiana” (CERTEAU, 2008, p. 181), permitindo que as ilhotas urbanas – expressão comum ao filósofo Nelson Brissac Peixoto – se transformem em singularidades. Essas pontes, porém, não se formam num passe de mágica, bastando o livro nas mãos.

O maior atentado à “complexidade organizada” profetizada por Jacobs, ou o “sistema de coordenadas” de Norbert Elias, é a violência, cuja escala descomunal é cara a Park e a Simmel, pois convidam ao individualismo que tanto temiam na Chicago ou na Berlim do início do século XX. Se o morador da cidade tinha de enfrentaras roldanas da fábrica para garantir suas digitais de personalidade, agora tem de enfrentar o medo real, que o sequestra das peias da sociabilidade, sem a qual a leitura é nada mais do que “ato solitário” – ainda que, obviamente, o seja também.

Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a “sociedade do medo” mudou a “estrutura dos sentimentos”. Os cidadãos se veem órfãos das grandes narrativas que explicavam o mundo – como o marxismo e a psicanálise – e entraram em seu lugar o pluralismo, a heterogeneidade, os jogos de linguagem, entre outros elementos aos quais só resta responder com nostalgia e desejo de legitimizar a si mesmo (HARVEY, 2011, p. 19). Nas peias do medo, o indivíduo se torna umbilical e a cidade, uma anticidade.

A questão interessa sobremaneira a Bauman, para quem o medo endêmico, aliado ao individualismo crescente, reduz os vínculos sociais (BAUMAN, 2006, p. 12 e 13). O cidadão acuado se mostra indiferente aos assuntos da cidade, com a qual passa a manter uma relação utilitária. “...uma a mais do que uma entre tantas outras, um ponto minúsculo e insignificante do ponto de vista estratégico do ciberespaço...” (BAUMAN, 2006, p. 24). Em meio ao movimento contínuo, tende a desenvolver uma visão estática do território e da cultura local, deixando de perceber o que se esconde nas camadas. E ainda que perceba, sente-se impotente, pois a cidade não lhe é mais palpável nas distâncias em que vive.

Em certa medida, o cidadão nada faz senão se defender. As cidades se converteram no “depósito de lixo de problemas de origem mundial” (BAUMAN, 2006, p. 28). A cidade depósito é também a cidade laboratório” (BAUMAN, 2006, p. 82). Em meio à aparente vitória do individualismo emerge, por ironia, o desejo de viver em comunidade. É preciso

formar novos pactos para viver junto (BAUMAN, 2003, p. 10). Em tese, é o que o leitor procura.

São pistas, que encontram ecos em autores que se debruçaram sobre o homem da rua em tempos pós-ideologia, anticidade e violência em escala bélica nas esquinas. São muitos. O antropólogo Massimo Canevacci denomina de *neoflâneur* a figura que propõe – na cidade contemporânea – espaços afetivos e hospitaleiros. O geógrafo Yi-Fu Tuan entende que esse cidadão vive num espaço que perde o significado, pois muda constantemente, mas que clama para ser lido, o que faz, inclusive lendo (TUAN, 1983, p. 146).

O real coloca o morador da cidade diante do desconhecido, do espaço vazio, ao qual precisa responder sob pena de ser engolido pela urbe. Ele devolve, manifestando a heterogeneidade e a complexidade do social (CANCLINI in COELHO, 2008, p. 16). Trata-se de um corpo a corpo, uma luta cujas regras não estão estabelecidas previamente. É nesses territórios imaginários que muitas pessoas comuns ancoram, na busca de desenvolver sua subjetividade e garantir sua mobilidade – indo para algum lugar. (SENNETT, 2010, p. 13). Enfrentar a “geografia difícil” desses tempos exige imaginação para encontrar um abrigo. (SENNETT, 2010, p. 25)

O leitor contemporâneo vive num mundo rodeado de signos. Sua leitura é tumultuada. Não tem lugar (CERTEAU, 2008, p. 270). Para entender, não se pode recorrer a esquemas intelectualistas, posto que esses não têm como dar conta da realidade do novo leitor (BOURDIEU, 1996, p. 354). O leitor não faria decifração de códigos, mas uma caçada atrás de palavras, numa apropriação inventiva do texto que recebe. Sente as limitações de seu grupo social, mas elas tendem a ser transgredidas (CHARTIER, 2009A, p. 19). É essa forma de transgressão que interessa trazer à baila. “A ordem é trazer à luz as formas clandestinas de criatividade desenvolvidas por grupos e indivíduos. As práticas sociais se especializam em vez de estacionarem no âmbito do controle social” (HARVEY, 2011, p. 197).

Uma das maneiras para tanto é conhecer essas formas clandestinas de leitura, recolhendo “a confiança dos leitores a respeito de seus modos de ler, dos sentidos que descobrem nos textos” (PÉCORA in CHARTIER, 2009B, p. 12). O que se vai encontrar pela frente é por certo um contraste entre os leitores profissionais e os leitores de ocasião, mostrando outras formas de leitura (CHARTIER, 2009B, p. 19).

Esses “outros leitores” são os leitores com baixa exposição à escola. Formaram-se, ainda que de forma irregular, numa tradição de leitura ibérica e brasileira, da qual herdaram



uma correlação profunda entre ler e estudar. A leitura tem para eles uma perspectiva didática e não estética (LAJOLO, 2000, p. 45). Em contrapartida, essa leitura que se desenvolve sob os auspícios da escola tem como característica seu caráter público (NEVES in ABREU, 1999, p. 378). Aquele que lê – ou que fala do que foi lido – é, no imaginário nacional, aquele que venceu os ditames da pobreza e que alcançou mobilidade social (ALVES, J. in NEVES, 2009, p. 93).

Há o ler. E há o desejo de ler. Esse paradoxo ajudou a conformar uma sociedade letrada de aparências, como todo o mais, o que não impediu, contudo, que continuasse vigorando uma moral em torno da leitura – entendida como corretiva e cívica, incluindo os interiores da escola. Das bibliotecas populares, aos romances de baixo preço, passando pelos jornais populares e pelos almanaques, vigora, em diferentes tempos, uma leitura que aliava informações para a formação do caráter a algum divertimento (MARTINS in ABREU, 1999, p. 481). A continuidade, por décadas, desse modelo de difusão da cultura e da educação, por força de seus métodos, cria o que se pode chamar de uma “tradição de público” (VELLOSO in OLIVEIRA et al, 2010, p. 80). Resta estudá-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. Brasília: Instituto Pró-Livro, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

BOURDIEU, Pierre, **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1996.



- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. v.1.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Debrun**. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial, 2009.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 4. ed. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chatier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- COELHO, Teixeira (Org.) **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- COSTA, Marta Morais da. **Sempre viva, a leitura**. Curitiba: Aymar, 2009.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. (Coleção Passo a Passo, v. 80).
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Literatura e experiência urbana. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 21.ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- JOHNSON, Steven. **Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1988.





**IX** Conferência Brasileira de  
**Mídia Cidadã**  
IV Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

LEGROS, Patrick. et al. **Sociologia do imaginário**. Tradução Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode se tornar um país de leitores?**: política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. Tradução Leticia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano**. Múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Monica Pimenta. LINS, Vera. **O moderno em revistas**. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do Inaf 2001. São Paulo: Global, 2003.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania M. K. (Org.). **Escola e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.